

DEMONSTRATIVO 3
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2019

As metas fiscais fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios de 2016 a 2018, que integram o Quadro Demonstrativo 3, explicitam de forma inequívoca o firme compromisso da atual administração estadual com a permanente busca pelo equilíbrio fiscal.

As projeções a preços correntes para o período 2019-2021 indicam uma continuidade nas expectativas projetadas nas LDOs dos anos 2016-2018 com previsões de resultados primários positivos e conservadores. Nesse mesmo período os resultados nominais projetados para o triênio 2019/2021, consideram que os efeitos da repactuação da dívida devem ainda repercutir em 2019, na medida em que a dívida consolidada líquida deve registrar redução de 22,70% em relação a 2018. Essa tendência deve ser interrompida em 2020, quando admite que as novas operações de crédito ingressadas a partir de 2019 devem ampliar o resultado nominal, em decorrência do incremento de 24,45% na dívida consolidada líquida. No ano seguinte (2021) as previsões apontam nova mudança no comportamento desse indicador, a dívida consolidada líquida deve registrar queda de 13,46%, influenciando na redução do resultado nominal em 171,61%.

Vale esclarecer que, para o período de 2019 à 2021, houve alteração na metodologia de apresentação do Resultado Nominal, com a correção da fórmula de cálculo, significando que resultado positivo, haverá diminuição da dívida e negativo aumento da dívida, de acordo com metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
DEMONSTRATIVO 3 - 2019

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º § 2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	22.781.731	24.593.171	7,95	24.926.908	1,36	24.567.053	(1,44)	25.987.185	5,78	27.480.763	5,75	
Receitas Primárias (I)	21.827.140	23.401.809	7,21	23.525.092	0,53	24.411.494	3,77	25.831.940	5,82	27.341.846	5,85	
Despesa Total	22.781.731	24.593.171	7,95	24.926.908	1,36	24.567.053	(1,44)	25.987.185	5,78	27.480.763	5,75	
Despesas Primárias (II)	21.806.834	23.390.255	7,26	23.512.462	0,52	24.400.969	3,78	25.821.229	5,82	27.327.711	5,83	
Resultado Primário (III)=(I-II)	20.306	11.554	(43,10)	12.630	9,31	10.525	(16,67)	10.711	1,77	14.135	31,97	
Resultado Nominal	701.884	714.901	1,85	285.228	(60,10)	529.257	85,56	(382.043)	(172,18)	273.587	(171,61)	
Dívida Pública Consolidada	5.237.907	5.176.903	(1,16)	3.943.423	(23,83)	4.604.348	16,76	4.505.830	(2,14)	4.340.461	(3,67)	
Dívida Consolidada Líquida	2.862.940	3.460.952	20,89	2.058.012	(40,54)	1.590.876	(22,70)	1.979.820	24,45	1.713.410	(13,46)	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	24.305.165	25.485.903	4,86	24.926.908	(2,19)	23.576.826	(5,42)	23.980.497	1,71	24.383.407	1,68	
Receitas Primárias (I)	23.286.739	24.251.295	4,14	23.525.092	(2,99)	23.427.537	(0,41)	23.837.240	1,75	24.260.147	1,77	
Despesa Total	24.305.165	25.485.903	4,86	24.926.908	(2,19)	23.576.826	(5,42)	23.980.497	1,71	24.383.407	1,68	
Despesas Primárias (II)	23.265.076	24.239.321	4,19	23.512.462	(3,00)	23.417.437	(0,40)	23.827.356	1,75	24.247.606	1,76	
Resultado Primário (III)=(I-II)	21.664	11.973	(44,73)	12.630	5,48	10.101	(20,03)	9.884	(2,15)	12.542	26,89	
Resultado Nominal	748.820	740.852	(1,06)	285.228	(61,50)	507.924	78,08	(352.542)	(169,41)	242.751	(168,86)	
Dívida Pública Consolidada	5.588.170	5.364.825	(4,00)	3.943.423	(26,49)	4.418.760	12,05	4.157.897	(5,90)	3.851.248	(7,38)	
Dívida Consolidada Líquida	3.054.387	3.586.585	17,42	2.058.012	(42,62)	1.526.752	(25,81)	1.826.942	19,66	1.520.292	(16,78)	

Fonte: SEPLAN/SEFA-CFIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,29	2,95	3,63	4,20	4,00	4,00

*Inflação média (% anual) projetada com base no IPCA, informado pela FAPESPA

Nota: Valores a Preços Correntes - 2016 à 2018 valores fixados nas LDOs dos referidos exercícios.

- 2019 a 2021 projeções SEPLAN/SEFA

Valores a Preços Constantes - Base 2018=100

- 2016 e 2017 conforme IPCA realizado

- 2019 - 4,20% a.a., 2020 - 4,00% a.a. e 2021 - 4,00% a.a.

- Para o Período de 2019 à 2021 as Receitas e Despesas Intraorçamentárias foram excluídas da base de cálculo, para efeito de apuração do Resultado Primário. Houve alteração também na metodologia de apresentação do Resultado Nominal, com a correção da fórmula de cálculo, significando que resultado positivo, haverá diminuição da dívida e negativo aumento da dívida, em conformidade com a metodologia definida pela STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª Edição.

DEMONSTRATIVO 4
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2019						

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017		2016		2015	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Patrimônio/Capital	149.779.654,42	0,99	117.422.565,35	1,18	117.422.565,35	1,28
Reservas	24.430.633,45	0,16	39.082.928,33	0,39	35.990.305,00	0,39
Resultado Acumulado	14.914.438.114,10	98,85	9.762.661.014,81	98,42	9.025.529.266,09	98,33
TOTAL	15.088.648.401,97	100,00	9.919.166.508,49	100,00	9.178.942.136,44	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017		2016		2015	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Patrimônio						0,00
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.855.636.907,35	100,00	1.477.430.537,16	100,00	984.838.309,79	100,00
TOTAL	4.855.636.907,35	100,00	1.477.430.537,16	100,00	984.838.309,79	100,00

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 26/abr/2018 e Hora de emissão 11h e 8m.

Notas:

a) Elaborado conforme as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 8ª edição, aprovado pela Portaria (STN) nº 495, de 06 de junho de 2017. Este Demonstrativo evidencia a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019.

b) O total do PL em 2017 apresentou um aumento de 52,12% em relação a 2016, passando de R\$ 9,9 bilhões para R\$ 15 bilhões. Seguem abaixo comentários sobre os principais fatores que provocaram esse crescimento no Patrimônio Líquido em 2017:

- O Resultado Patrimonial do exercício de 2017 do Governo do Estado alcançou um superávit líquido de R\$ 5,199 bilhões, composto pelo resultado positivo de R\$ 5,207 bilhões apurado nos órgãos da administração direta, fundos, autarquias e fundações, e pelo resultado negativo de R\$ 7,308 bilhões apurado nas empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes. Esse Resultado é

representado pela diferença entre às **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)** que totalizaram R\$ 56,243 bilhões compostas por: impostos, taxas e contribuições de melhoria; contribuições; exploração e venda de bens, serviços e direitos; variações patrimoniais aumentativas financeiras; transferências e delegações recebidas; valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos; e outras variações patrimoniais aumentativas. E pelas **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)** que totalizaram R\$ 51,044 bilhões compostas por: pessoal e encargos; benefícios previdenciários e assistenciais; uso de bens, serviços e consumo de capital fixo; variações patrimoniais diminutivas financeiras; transferências e delegações concedidas; desvalorização e perdas de ativo e incorporação de passivos; tributárias; e outras variações patrimoniais diminutivas;

- Ocorreram, também, registros de baixa de reservas de capital no valor de R\$ 14,652 milhões, adiantamento para futuro aumento de capital em R\$ 8,407 milhões, ajustes de exercícios anteriores com uma redução de R\$ 23,816 milhões, ajustes de avaliação patrimonial em R\$ 23,950 milhões e prejuízos de exercícios anteriores em R\$ 23,699 milhões;

- Outro fator relevante que contribuiu decisivamente para o desempenho positivo verificado no resultado patrimonial do exercício de 2017 do Governo do Pará foi a alteração na segregação de massas e mudanças de perfil populacional dos fundos previdenciários que repercutiram na variação patrimonial e consequentemente no patrimônio líquido do Estado no montante positivo de R\$ 3,516 bilhões.

c) O Patrimônio Líquido (PL) referente ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará (RPPS), é constituído pelo Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e pelo órgão que administra o RPPS no Estado que é o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV). Seguem comentários sobre as principais causas que motivaram crescimento no Patrimônio Líquido do regime previdenciário do Estado do Pará em 2017:

- Em 2015 houve superávit no FUNPREV e IGEPREV, de R\$ 611,943 e 14,421 milhões respectivamente, enquanto que o FINANPREV apurou déficit de R\$ 12,302 milhões, sendo que o IGEPREV efetuou ajustes de bens móveis (desincorporação) no valor de R\$ 587,914 mil, reduzindo o resultado acumulado nessa unidade gestora. Porém, analisando o resultado do RPPS que consolida o FINANPREV, FUNPREV e IGEPREV, observa-se que o PL atingiu, ao final do exercício, o valor de R\$ 984,838 milhões;

- Em 2016 houve superávit no FUNPREV e FINANPREV, de R\$ 486,039 e R\$ 4,044 milhões respectivamente, enquanto que o IGEPREV apurou déficit de R\$ 2,411 milhões, sendo que o mesmo efetuou registro na conta ajustes de exercícios anteriores na rubrica Depreciação Acumulada de Bens